

## O ESPAÇO “ZOO” DA LITERATURA ANIMAIS E OS LIMITES DO HUMANO

### THE “ZOO” SPACE OF LITERATURE ANIMALS AND THE LIMITS OF HUMAN

**MARIA ESTHER MACIEL\***  
memaciel@gmail.com

Este artigo percorre os aspectos semânticos e culturais da palavra “animal”, bem como os conceitos que se formaram a partir dos vários sentidos que atravessaram o vocábulo e seus correlatos ao longo dos tempos. O propósito é não apenas discutir os dogmas de ordem científica, religiosa, política e estética que se legitimaram em torno do mundo “zoo” e suas diferentes inscrições no imaginário ocidental, mas também mostrar como as definições e descrições dos animais reforçaram a hierarquia dos vivos e moldaram as relações entre humanos e não humanos. A literatura, sob esse prisma, é analisada como um espaço em que tais valores são questionados e o mundo zoo adquire novas e insuspeitadas configurações.

**Palavras-Chave:** animal; zooliteratura; humano/não humano

This article covers the semantic and cultural aspects of the word “animal”, as well as the concepts that stemmed from the many meanings that the term and its correlates acquired over time. It aims not only to discuss the scientific, religious, political and aesthetic dogmas that coalesced around the “zoo” universe and its different placements within Western thought, but also to demonstrate how the definitions and descriptions of animals supported the hierarchization of living beings and shaped the relations between humans and non-humans. Literature, under this light, is analysed as a space wherein such values are questioned, and the zoo world acquires new and unforeseen configurations.

**Keywords:** animal; zooliterature; human/non-human

Data de recepção: 27-12-2022  
Data de aceitação: 21-4-2023  
DOI: 10.21814/2i.4508

---

\* Professora Titular de Literatura Comparada na Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, MG, Brasil) e Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação de Teoria e História Literária da Universidade Estadual de Campinas (Campinas, SP, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3770-5322>

*Animais: que termo confuso! O que o gafanhoto e o lobo têm em comum além do fato de não serem humanos? Quem é mais parecido: o lobo e o gafanhoto, ou o lobo e eu?*

— J.M. Coetzee

*Além do mais, quem entre o Homem e o animal é verdadeiramente uma besta? Vasta questão!*

— Alain Mabanckou

## 1. Zoografias

A palavra “animal” teve um percurso tortuoso ao longo dos tempos, em diferentes línguas, contextos e culturas. Vários sentidos denotativos e conotativos foram a ela atribuídos, seja por vias científicas, filosóficas, políticas e religiosas, seja sob os influxos das superstições, dos preconceitos e da imaginação.

Se, em certos momentos da história do pensamento ocidental, o conceito de *animal* não excluiu o humano, como na antiguidade clássica, quando a palavra *anima* foi usada para designar o princípio da vida de todo ser animado, humano ou não,<sup>1</sup> em outros, sua carga semântica foi se formando pela exclusão dos humanos e em contraponto a eles, o que se concretizou de maneira decisiva após o triunfo do racionalismo cientificista no mundo moderno, quando a cisão entre homem/animal e humanidade/animalidade se tornou dominante para o pensamento ocidental.

Essa cisão – estabelecida a partir do final do século XVII com a filosofia de Descartes e consolidada ao longo do século XVIII – provocou não apenas o rebaixamento dos seres não humanos à última categoria na hierarquia dos viventes, como também a utilização do termo “animal” como antônimo de “humano”. Fundamentada a partir do que o filósofo francês considerava a faculdade suprema da existência, a razão (e, por extensão, a consciência), tal visão mecanicista tornou o animal um estranho a nós, um outro sem alma, incapaz de pensar e, conseqüentemente, reduzido a um mecanismo.

Como escreveu Benedito Nunes, Descartes efetuou “depois da demonização cristã do animal, o primeiro corte moderno entre este e o homem” (Nunes, 2011, p. 14), visto que, para o filósofo francês, o animal (no singular genérico) era um mero corpo sem alma, um simples autômato, passível de todos os tipos de exploração. Isso possibilitou que ele fosse não apenas convertido em objeto de observação, vivisseção e experimentos em laboratórios, entre várias outras práticas de violência, como também capturado para exibição em feiras e zoológicos.

O escritor, pensador e artista britânico John Berger já havia discorrido sobre isso no ensaio “Por que olhar para os animais”, de 1977, ao mostrar como essa ruptura “internalizou *dentro do homem* o dualismo implícito na relação dos humanos com os animais” (Berger, 2021, p. 26) e abriu, nos primeiros estágios da modernidade industrial, terreno para o uso indiscriminado dos animais como máquinas ou objetos de exposição pública em locais de confinamento. Se antes da era moderna existia uma proximidade entre homens e animais, além de uma relação simbólica entre eles, pautada nas figurações

<sup>1</sup> Ver o tratado *De anima*, de Aristóteles (2006).

humanas desses outros enquanto metáforas de nós mesmos, aos poucos, depois da referida cisão cartesiana, houve uma progressiva marginalização da animalidade. Berger acrescenta que, com o avanço capitalista, depois que o modelo de Descartes foi finalmente ultrapassado, os animais passaram a ser usados na fabricação de alimentos processados. Em suas palavras:

Nos primeiros estágios da Revolução Industrial, os animais eram utilizados como máquinas. Assim como as crianças. Mais tarde, nas sociedades ditas pós-industriais, passaram a ser tratados como matéria-prima. Animais criados para a alimentação são processados como qualquer outra mercadoria manufaturada. (Berger, 2021, p. 28)

Tal marginalização radical dos bichos é abordada pelo pensador inglês em várias situações – físicas e culturais –, com ênfase nos zoológicos, que aparecem não apenas no referido ensaio, como também no texto “O teatro dos grandes primatas”, de 1990, em que o escritor descreve o zoo da Basileia como “um estranho teatro” e apresenta o público de todas as idades que o frequenta. Para tanto, mistura memória familiar, considerações etológicas sobre as habilidades, percepções e emoções em orangotangos, gorilas e chimpanzés, além de recuperar Darwin sob uma nova perspectiva<sup>2</sup> e buscar na poesia os recursos para falar da origem da vida. (Berger, 2021, pp. 42-56)

Hoje – poderíamos acrescentar – essa marginalização atingiu dimensões impensáveis, com a excessiva mercantilização da vida e as práticas cada vez mais sofisticadas de “produção” animal em cativeiros, fazendas e granjas industriais do mundo contemporâneo, além do tráfico de animais silvestres e a destruição de inúmeras espécies ocasionada pela devastação descontrolada das florestas, entre outras práticas nefastas. Isso tudo tem comprometido, inclusive, a sobrevivência da própria humanidade, que corre o risco de se tornar também uma espécie em extinção. “Vassalos que somos (dizem que *sapiens*)”, como diria a poeta brasileira Adriana Lisboa (Lisboa, 2021, p. 39), aos poucos vamos cavando, por meio da ganância e da violência, o nosso próprio desaparecimento no “caleidoscópio da vida”.

No que tange especificamente à conversão, ao longo dos tempos, do próprio termo “animal” em um antônimo de “humano”, uma visita aos dicionários de língua portuguesa permite-nos identificar elementos explícitos da marginalização apontada por Berger, o que se dá a ver especialmente nos sentidos conotativos (a maioria, pejorativos) depositados sobre a palavra. Não bastasse se referir a qualquer outro animal que não o homem, ela ainda se presta a qualificar e desqualificar atributos ou comportamentos humanos.

As metáforas oriundas do termo e seus derivados são muitas e variadas, numa evidência de que, no discurso dominante sobre o animal, a metáfora não possui necessariamente um valor estético, mas é um juízo de valor.<sup>3</sup> Como um signo multifacetado, contaminado por valores socioculturais, *animal* acabou por se tornar também, para além de sua circunscrição biológica, um “objeto cultural” repleto de conotações no mundo Ocidental.

No dicionário *Houaiss*, por exemplo, depois do significado extraído da zoologia, segundo o qual *animal* é a “designação comum aos organismos do reino Animalia,

<sup>2</sup> O pensamento darwinista seria, segundo ele, “uma resposta criativa à aterrorizante imensidão que assim se abria” (Berger, 2021, p. 46).

<sup>3</sup> Cf. Armelle le Bras-Chopard (2000, p. 21).

heterotróficos, multicelulares e com capacidade de locomoção”, são arrolados outros, atrelados à ideia de irracionalidade, a exemplo de “relativo ao ‘irracional’, “que tem as qualidades dos irracionais”. A esses se somam ainda os figurativos, como “irracional em sua voluptuosidade; lascivo” e “pessoa estúpida, grosseira, cruel”.

Já no *Aurélio*, a primeira definição não exclui a sensibilidade como um atributo do animal – “ser vivo organizado, dotado de sensibilidade e movimento (em oposição às plantas)” –, à qual se seguem a definição zoológica e as variações pejorativas do termo. No subitem *animal racional*, consta que a expressão designa “qualquer dos animais superiores, à exceção do homem, qualquer dos brutos”. Quanto à palavra *animalidade*, ela aparece como “caráter ou condição do que é animal”, enquanto o verbo *animalizar*, como “tornar bruto; embrutecer, bestializar”.

Vale ainda mencionar o *Dicionário de Língua Portuguesa* da Porto Editora, que reforça a antinomia humano/não humano ao incluir, entre outros, estes significados para *animal*: “1. (Biologia) ser vivo eucariótico, pluricelular, macroconsumidor e heterotrófico por ingestão, dotado de sensibilidade, capacidade de locomoção e de resposta a estímulos. 2. Organismo vivo com essas características e destituído de razão, por oposição ao ser humano”. Adjetivos como “sensual”, “lascivo”, “material”, “físico” aparecem no verbete como sentidos figurados, enquanto o verbo transitivo e pronominal *animalizar* é definido como “rebaixar(-se) a um nível próprio de animal irracional; tornar(-se) animalesco; embrutecer(-se)”.

Percebe-se, em todas essas obras de referência, que a definição de animal tende a não incorporar o homem e, quando se relaciona ao universo humano, o faz com propósitos depreciativos. Dessa forma, assume seu papel constitutivo de uma concepção negativa e antropocêntrica do mundo zoo. Trata-se aí de uma negatividade que se justifica não apenas pela marginalização dos seres não humanos na hierarquia dos viventes, como também pela demarcação dos chamados “próprios do homem”, ou seja, faculdades, habilidades e qualidades consideradas exclusivas da espécie humana e negadas aos demais seres vivos: pensamento, linguagem, sentimentos, habilidades cognitivas e artísticas, cultura, enfim, capacidade de ter saberes e um ponto de vista próprio sobre o mundo.

Jacques Derrida deteve-se nessas “próprios do homem” em *O animal que logo sou (sigo)* (2002) e nos seminários de *La bête et le souverain [A besta e o soberano]* (2008, 2010), ao mostrar como a construção do conceito de animal se sustentou na subtração do que, segundo o pensamento humanista logocêntrico, seriam propriedades exclusivas dos humanos.

O termo “animal” também é discutido pelo filósofo franco-argelino, que questiona o seu uso nos discursos racionalistas, alegando ser esse um uso que confina todos os bichos num vocábulo genérico e homogeneizante, convertido em conceito:

Neste conceito que serve para qualquer coisa, no vasto campo do animal, no singular genérico, no estrito fechamento deste artigo definido (“O animal” e não “animais”), seriam encerrados, como em uma floresta virgem, um parque zoológico, um território de caça ou de pesca, um viveiro ou um abatedouro, um espaço de domesticação, todos os viventes que o homem não reconheceria como seus semelhantes, seus próximos ou seus irmãos. (Derrida, 2002. p. 64-65)

Antes dessas considerações, ele já havia lançado a sua exclamação “O animal, que palavra!”, à qual acrescentou ser esse termo uma designação instituída pelos homens,

convictos de que têm o direito e a autoridade de nomearem outro vivente da maneira como acham mais conveniente.

*Animot* é o neologismo que Derrida cria para fazer frente a esse aprisionamento verbal e conceitual do vocábulo/conceito “animal” (Derrida, 2002, p. 70), valendo-se não apenas da associação sonora entre “mot” e “maux”, como também dos sentidos deflagrados por esse jogo linguístico. Ou seja, na palavra (mot) é possível ouvir o plural da palavra animal (maux), vide o vocábulo francês “animaux”. Com isso, ele mostra como a linguagem afeta o nosso acesso à complexidade da ordem não humana, não sem admitir que o seu neologismo também não passa de um artifício forjado pela razão, ou uma “quimera” – no sentido tanto de um híbrido, uma combinação heteróclita e incongruente de criaturas diversas, quanto de uma invenção fantasiosa.

Sob esse prisma, “animot” apresenta-se como uma construção verbal capaz de provocar várias reflexões que ultrapassam o terreno da linguagem e abrem-se a questões de ordem ética e política.

A palavra “animal” também é comumente atrelada a “besta”, como se vê nos verbetes dos dicionários, o que remonta sobretudo à tradição judaico-cristã. Isso, se considerarmos que além de ser um sinônimo de “burro” e poder ser usada regionalmente, no norte e no nordeste brasileiros, para designar a fêmea do cavalo, ela carrega toda uma carga simbólica relacionada à esfera do mal, associando-se, como substantivo, tanto a um monstro não humano quanto a um humano monstruoso, movidos pelos instintos e pela violência. Como adjetivo, caracteriza uma pessoa grosseira, desumana ou ignorante. Serve ainda para qualificar alguém presunçoso (“metido a besta”) ou indicar perplexidade diante de algo (“estar besta”). Da palavra advêm várias outras, como bestialidade, bestial, bestagem, besteira e bestice, bem como as expressões “besta-fera” e “besta-humana”.

Já nas línguas francesa e inglesa, “besta” (*bête* e *beast*) é associada também ao que, em português e espanhol, designamos de “bicho”. Uma associação que amplia o escopo do vocábulo e o torna mais complexo. No caso da palavra “bicho”, vale pontuar que ela possui peculiaridades interessantes, dada a sua carga também afetiva e positiva em certos usos (em especial, no Brasil) para designar um animal não humano. Aliás, um dos sentidos para ela registrados é “qualquer animal, com exceção do humano”, e quando usada para este, pode ter conotações diferentes e por vezes contraditórias: “indivíduo fisicamente feio ou ridículo”, “indivíduo exímio no que faz ou sabe” e “indivíduo decidido, desassombrado, cheio de vitalidade”, para não mencionar seu emprego brasileiro como gíria para “amigo, camarada”. Sua origem está no latim vulgar *bēstīu*, masculino de *bēstīa*.

Nos seminários de *La bête et le souverain*<sup>4</sup> [*A besta e o soberano*], publicados em dois volumes em 2008 e 2010, respectivamente, Derrida lida com a noção de “besta”, atento às dimensões ético-políticas que a atravessam e, num movimento que poderia ser definido como *à pas de loup*, vai entrelaçando a história da soberania política com a do tratamento dispensado pelos humanos à vida dita animal em todos os seus registros: “caça e domesticação, história política dos parques e jardins zoológicos, adestramento,

<sup>4</sup> O primeiro volume (2001-2002) contém treze sessões; o segundo (2002-2003), dez. Eles foram organizados por Michel Lisse, Marie-Louise Mallet e Ginette Michaud e publicados, respectivamente, em 2008 e 2010, pela editora francesa Galilée.

exploração industrial e experimental do vivente animal, figuras de ‘bestialidade’, ‘bestice’ etc.” (Derrida, 2008, p. 13, tradução minha).

Ao sondar o substantivo e o adjetivo “*bête*” na língua francesa, ele chama a atenção para o fato de que apenas a menção à palavra não é suficiente, já que se faz necessário um início de discurso, ou uma frase, para definir se o termo é um substantivo ou um adjetivo. Enquanto um qualificativo, entretanto, o termo deixa de se referir ao animal e é usado como um atributo humano, quando não para qualificar um evento, uma coisa, algo que escapa às categorias de seres vivos. Daí que bestice e bestialidade, longe de serem a essência da besta, se afirmam como atributos do humano. Como diz o autor, “se o próprio do homem é o propriamente humano, o próprio da besta não é certamente nem o ‘propriamente besta’ da bestialidade nem o ‘propriamente besta’ da bestice”. (Derrida, 2008, p. 194, tradução minha).

Os desdobramentos dessa incursão linguística são muitos ao longo dos seminários derridianos, e abordá-los aqui demandaria um desvio destas breves considerações sobre a palavra enquanto um dos correlatos de “animal”.

De qualquer forma, não há como não deixar de considerar esses apontamentos de Derrida no trato da palavra e do conceito *besta*, que está na base dos chamados bestiários surgidos na Idade Média, que foram fundamentais para a carga simbólica e alegórica que, desde então, atravessaria o enfoque dos animais na literatura ocidental.

Pode-se dizer que as maneiras de definir, conceituar e descrever os animais estão contaminadas por valores de ordem ética, política, religiosa ou estética, incidindo também nas definições, conceitos e descrições que os homens fazem de sua própria espécie, além de reforçarem a hierarquia dos seres vivos estabelecida desde o Antigo Testamento e a cisão moderna entre homem e animal.

Não bastasse isso, elas ainda contribuem para que certos grupos de humanos, associados pejorativamente a animais, também sejam marginalizados e explorados pelo poder soberano. É o que resume Marguerite Yourcenar neste contundente fragmento de um dos seus ensaios:

Lembre-mos, pois é necessário estarmos sempre nos chamando a atenção, que haveria menos crianças mártires se tivesse havido menos animais torturados; menos vagões lacrados levando para a morte as vítimas de uma ditadura qualquer, se não tivéssemos nos acostumado com os furgões em que os animais agonizam sem alimentação e sem água a caminho dos matadouros; menos caça humana teria sido abatida a tiros se o gosto e o hábito de matar não fosse o apanágio dos caçadores. (Yourcenar, 1985, p. 143)

Afinal, o antropocentrismo logocêntrico só vem tornar cada vez mais manifesta e cruel a progressiva conversão do discurso dominante sobre os animais em discurso dominador, deflagrando inúmeras práticas de violência contra esses e outros viventes.

Assim, do vocábulo ao conceito e desses às práticas efetivas de marginalização, exclusão, exploração e crueldade que permeiam as relações entre animais humanos e não humanos, todo um zoo imaginário também foi construído, com diferentes nuances, no decorrer dos tempos.

## 2. O zoo de palavras

Sabe-se que os animais sempre frequentaram o imaginário cultural da humanidade, sob diferentes configurações poéticas, artísticas e religiosas, o que vem atestar a nossa intrínseca (e milenar) relação com esses viventes.

No Ocidente, toda uma tradição zoo, feita de seres reais e fantásticos, pode ser traçada nas artes e na literatura desde os tempos mais remotos, sob o influxo direto dos mitos, crenças e saberes populares de origens variadas. Sobretudo a partir das fábulas de Esopo e dos compêndios zoológicos do mundo antigo, como *A história dos animais*, de Aristóteles – escrita na última parte da vida do autor, entre 335 e 322 a.C. –, a presença dos animais foi ostensiva nas letras greco-latinas do mundo clássico, adquirindo, inclusive, dimensões de ordem ética e até mesmo etológica, como atestam os trabalhos precursores de Plutarco e Porfírio.<sup>5</sup>

Obras poético-ficcionais – a exemplo de *O asno de ouro* (também conhecido como *Metamorfoses*), escrito por Apuleio, no século II d.C., e *As metamorfoses* (ano 8 d.C.), de Ovídio, entre outras – também vieram se somar posteriormente a esse repertório, junto com os volumes enciclopédicos sobre a natureza que compõem a monumental *História natural* (23/24-79 d.C.) de Plínio, o Velho, em que aos animais de diferentes espécies é dada uma especial e detalhada atenção. Nesse caso, numa mistura de observação direta, pesquisa erudita, superstições e fantasia, com tons líricos e filosóficos em muitas passagens. Como bem observou Italo Calvino, “a ciência de Plínio oscila entre a intenção de reconhecer uma ordem na natureza e o registro do extraordinário e do único: e o segundo aspecto acaba sempre vencendo.” (Calvino, 1993, p. 46)

Na Idade Média, além dos tratados enciclopédicos que se voltaram para a sondagem do reino animal, a exemplo das *Etimologias* (século VII) de São Isidoro de Sevilha, surgiram também os bestiários, que proliferaram sobretudo a partir do século XII, na Europa. Posteriormente, foi a vez das enciclopédias da natureza do período renascentista e dos relatos sobre a fauna e a flora do chamado “Novo Mundo” feitos pelos viajantes europeus do século XVI, além de outros trabalhos enciclopédicos que antecederam a já referida onda científicista que atravessou a era moderna.

Pelo menos até o advento do darwinismo, que marcou uma virada radical na abordagem dos viventes não humanos e nossos vínculos com eles, deflagrando também novas formas de suas figurações na literatura, pode-se dizer que o que predominou na literatura foi uma cadeia de símbolos, alegorias e metáforas animais, quase sempre a serviço dos valores humanos. As fábulas, de um lado, e os bestiários medievais, de outro, firmaram-se, de modos diferentes, como modelos para toda uma linhagem zooliterária pautada ora no antropomorfismo, ora na teratologia. Isso, para não mencionarmos os desdobramentos morais e religiosos que nela incidiram.

Inúmeras imagens e descrições proliferaram a partir desses modelos, as quais reforçaram os diversos e controversos sentidos conotativos da palavra *animal*. Mas, diferentemente dos conceitos homogeneizantes do pensamento filosófico-político, elas são carregadas das diferentes particularidades simbólicas pertinentes a cada uma das espécies animais evocadas ou representadas. Ou seja, faculdades e características atribuídas a determinados bichos são ressaltadas nesses textos e convertidas, por um

---

<sup>5</sup> Alguns estudos importantes sobre a questão dos animais no mundo antigo podem ser encontrados em obras de pesquisadores como Richard Sorabji e Stephen T. Newmyer. Ver, sobretudo, Sorabji (1993) e Newmyer (2011).

processo de transposição, em vícios e virtudes de seres humanos, sempre com propósitos moralistas e/ou religiosos.

No que diz respeito às fábulas, consta que o gênero surgiu no Oriente, tendo ido da Índia à China e à Pérsia, até chegar à Grécia provavelmente por volta do século VI a.C., quando Esopo – uma figura lendária, com poucas informações históricas – reinventou-o. A partir de então, tomou diferentes feições e finalidades, entre elas, a de divertir e de aconselhar. Com suas histórias protagonizadas por animais e seu tom sentencioso, tendente ora ao proverbial, ora ao satírico, atravessou os séculos e contagiou outras culturas.

La Fontaine, no prefácio que escreveu para a primeira edição de suas *Fábulas*, de 1668, afirmou que elas não são apenas morais, mas dão, além disso, outros conhecimentos, já que as diferentes características dos animais de acordo com sua espécie são nelas expostas e transpostas aos homens, podendo ser consideradas um conjunto de traços em que os humanos se veem retratados:

Quando os animais estão em cena – sozinhos, relacionando-se entre si ou mesmo relacionando-se com uma figura humana –, as histórias tendem a explorar os traços convencionais de alguns, como o poder do leão, a esperteza da raposa, a voracidade do lobo, o caráter traiçoeiro da cobra, a fragilidade dos cordeiros e ovelhas, o que permite uma associação imediata com tipos humanos. (La Fontaine, 2013, pp. 15-16)

A isso se soma uma inevitável antropomorfização dos animais, geralmente providos de linguagem verbal e inseridos em um campo de ações, hábitos e interrelações próprio da vida social dos humanos, sob a égide dos valores e preconceitos que a sustentam. Nesse sentido, a fábula apresenta um traço dúplice: ao mesmo tempo em que mantém a aproximação entre animais e homens, põe aqueles a serviço desses e retira-lhes a autonomia enquanto viventes.

Se esse caráter contraditório das narrativas fabulares, por um lado, reforça a supremacia da dimensão humana em relação às demais, possibilita, por outro, uma certa conexão entre os viventes, o que acaba por colocar a fábula, após a ruptura promovida pelo antropocentrismo moderno, na contramão dessa separação radical entre humanos e não humanos. Sob essa perspectiva, o próprio antropomorfismo deixa de ser um recurso tão pernicioso quanto muitos estudiosos da questão acreditam ser. Mesmo que ele endosse o antropocentrismo, pela forma como os bichos são usados para a formulação de sentenças edificantes para a humanidade, o antropomorfismo, nesse caso, funciona como um recurso capaz de figurá-los como seres inteligentes, sensíveis e dotados de saberes sobre a vida e o mundo. É esse o paradoxo que o define.<sup>6</sup>

No que se refere aos bestiários – manuscritos ilustrados, cheios de descrições de animais reais e fabulosos, com uma explícita carga religiosa e moral – vale lembrar que eles surgiram a partir de um livro de autoria incerta, surgido provavelmente no século II, na Alexandria, sob o título *Physiologus*, que se tornou bastante popular na Europa a partir do século V. Nele, encontra-se toda uma reconstituição alegórica do mundo zoo à luz dos preceitos cristãos, com descrições de animais feitas a partir de referências bíblicas, mescladas aos saberes acumulados pelos naturalistas do mundo antigo.

---

<sup>6</sup> Lucile Desblache (2011, pp. 296-314) tratou dessas e outras contradições da fábula enquanto modalidade literária.

Foi a partir do século XII que os chamados bestiários se afirmaram como obras literário-iconográficas, com variados matizes e funções em cada país onde afloraram. Aos poucos, o gênero abriu espaço a outros elementos que não os que compuseram a modalidade religiosa, o que possibilitou o surgimento dos bestiários satíricos e eróticos. Contaminou, ainda, diferentes práticas culturais do tempo, como a escultura, a pintura, a tapeçaria, o vestuário e a decoração de utensílios. Expansão essa que contribuiu para pluralizar mais ainda o conceito de bestiário, à medida que este deixou de se circunscrever aos livros ilustrados, pseudocientíficos e de caráter edificante, para abranger novas expressões artísticas.

Se, mais adiante, os bestiários tiveram uma grande relevância enquanto provedores de referências para a tradição enciclopédica renascentista, eles não deixaram também de contaminar os registros dos viajantes europeus ao território latino-americano, os quais apresentaram ricas e prodigiosas descrições da fauna do chamado Novo Mundo. Vieram à tona, nesse contexto, relatos zoológicos como os de Pero Vaz de Caminha, Gandavo, Gabriel Soares, os jesuítas, os viajantes alemães (como Ulrico Schmidel e Hans Staden), o espanhol Cabeza de Vaca e o francês André Thevet, que se dedicaram a descrever papagaios, cobras, tatus, gambás, tucanos, iguanas, macacos, entre outros animais encontrados na fauna do continente, complementando seus relatos com detalhes muitas vezes fantásticos. Uma deliciosa compilação desses relatos, aliás, pode ser encontrada no livro *Zoologia Fantástica do Brasil* (1934), de Afonso d’Escragnoille Taunay, também autor de *Monstros e Monstregos do Brasil* (1937), dedicado ao mesmo tema. Em ambas, o historiador de Santa Catarina não só faz uma recolha exaustiva da variedade zoológica do país, tal como esta foi registrada por alguns dos cronistas europeus, como ainda investiga as interações desses relatos com a mitologia clássica, os bestiários medievais e as lendas indígenas latino-americanas.

Deflagradas, portanto, pela profusão das zoocoleções antigas, medievais e renascentistas, muitas outras surgiram e se desdobraram ao longo dos séculos seguintes, sob distintas nuances, em países e culturas do mundo ocidental. Mas o período que marcou a grande virada na maneira de lidar com o mundo zoológico e, conseqüentemente, propiciou novas abordagens literárias e estéticas dos animais foi, sem dúvida, o século XIX, como já foi dito, com o advento da modernidade e o avanço das ciências da vida, em especial o evolucionismo de Darwin, que veio evidenciar as origens animais do humano.

Darwin, aliás, foi fundamental para que a condição de sujeitos fosse atribuída aos animais, por nesses reconhecer faculdades até então – e mesmo ainda hoje – consideradas exclusivas dos humanos, como inteligência, memória, senso de humor, atenção, imaginação, emoções complexas, associação de ideias e mesmo autoconsciência, como se pode atestar em suas obras tardias, *The descent of man* (1871) e *The expression of the emotions in man and animals* (1972).

Além de ter relativizado a oposição entre instinto e razão, por considerar que um alto grau de inteligência é compatível com instintos complexos, Darwin assegurou que “não existe nenhuma diferença fundamental entre o homem e os mamíferos superiores, quanto às suas faculdades mentais”. (Darwin, 2004, p. 88, tradução minha). E não apenas os mamíferos, já que, para ele, outros animais poderiam ser considerados superiores, como aves e insetos, uma vez que a “superioridade” adviria exatamente das qualidades acima arroladas, que se manifestariam em diferentes graus de acordo com a espécie e com os indivíduos que a integram.

Essa “virada” contagiara, inevitavelmente, a produção simbólica em torno dos viventes não humanos e de nossas interações com eles. A presença dos animais na literatura e nas artes ganha, assim, insuspeitados contornos e uma notável complexidade. Tomados como animais-animais, que sentem, sofrem, possuem habilidades próprias e autoconsciência, eles passam a povoar o imaginário da literatura e das artes a partir do final do século XIX, sob uma perspectiva mais ética e não circunscrita aos recursos da metáfora, da alegoria, do antropomorfismo e da metamorfose. O que se pode ver, por exemplo, na obra de Machado de Assis – um dos primeiros autores brasileiros a trazerem, nas últimas décadas do século XIX, os animais para a literatura sob um viés ético-político, por meio de diversos contos, crônicas e passagens de romance,<sup>7</sup> numa crítica incisiva ao “discurso dominante no Ocidente, que de um lado define o homem a partir da sua dominação sobre os animais e, de outro, utiliza o animal para justificar a dominação sobre outros seres humanos” (Bras-Chopard, 2000, 16, tradução minha).

Tais mudanças, todavia, não significaram um descarte total dos elementos fantásticos, simbólicos e alegóricos para que uma visão realista do mundo zoo se impusesse no horizonte moderno da criação. Os exercícios da imaginação fabulosa continuaram a existir na modernidade, só que reinventados à luz de outras referências, como fez Franz Kafka – um dos autores responsáveis por esse outro enfoque e que reconfigurou, de forma surpreendente, as ideias de antropomorfismo e metamorfose.

Tudo isso possibilitou, no âmbito da literatura, a emergência dos bichos como sujeitos e, de acordo com suas espécies e particularidades, até mesmo como indivíduos singulares. Sobretudo a partir do século XX, eles passaram a ser enfocados literariamente como seres dotados de inúmeras faculdades sensitivo-cognitivas e capazes de ter um ponto de vista sobre o que veem, já que, como mostrou Eduardo Viveiros de Castro a partir da perspectiva das culturas ameríndias, o ponto de vista incide na constituição da subjetividade porque “todo ser a que se atribui um ponto de vista será então sujeito; ou melhor, ali onde estiver o ponto de vista, também estará a posição do sujeito” (Viveiros de Castro, 2002, p. 373)

Não bastasse isso, houve ainda uma retomada positiva da noção de animalidade nas obras de diversos autores, bem como uma investigação criativa dos limites e liames entre humano e não humano. O que possibilitou que as reflexões sobre essa literatura também se ampliassem e adquirissem uma nova feição, suscitando, inclusive, a emergência de novos conceitos, de caráter híbrido, como os de “zooliteratura” e “zoopoética”.

O primeiro designaria o conjunto de práticas literárias ou obras (de um autor, de um país, de uma época) que priorizam o enfoque de animais a partir de diversos recursos ficcionais e estratégias narrativa. Sua abrangência adviria da amplitude da própria palavra *literatura*, só que afetada pelo prefixo zoo. Daí ser possível falar tanto de “zooliteratura ocidental” ou “zooliteratura brasileira”, quanto de “zooliteratura do século XX”, a “zooliteratura de Clarice Lispector” ou “a zooliteratura contemporânea”. O termo poderia, sob esse prisma, ser concebido como uma alternativa ao termo *bestiário*, largamente usado no decorrer dos séculos e que tenho preferido empregar apenas no sentido estrito de coleção/catálogo de animais reais e fantásticos, ou seja, enquanto um gênero literário-iconográfico oriundo da cultura medieval.<sup>8</sup>

Já o termo “zoopoética” tem sido utilizado para nomear tanto o estudo teórico de obras literárias e artísticas sobre animais, quanto a produção *poética* específica de um autor voltada para esse universo animalista. Ou seja, o substantivo *poética* – com todos os seus

<sup>7</sup> Sobre Machado de Assis e os animais, ver Maciel, 2016, p. 74-82.

<sup>8</sup> Acrescente-se que, mesmo nesse sentido de coleção, outros termos têm sido utilizados, como *animalário* e *bichário*.

sentidos acumulados – se mantém, mas moldado e particularizado pelos efeitos do prefixo.

É possível dizer que ambos – *zooliteratura* e *zoopoética* – permitem-nos uma compreensão dos animais, da animalidade e das interações humano/não humano também pela via dos sentidos e da imaginação. Graças às experiências ficcionais e poéticas dos escritores, atravessamos as fronteiras entre as espécies e temos acesso à outra margem, a dos animais não humanos, num encontro também com a animalidade que está dentro de nós.<sup>9</sup>

Ademais, vê-se que esses espaços de reflexão, hoje, não deixam de se ampliar a partir de influxos de áreas afins, como a ecocrítica, que expande a questão animal, ao articulá-la às poéticas e narrativas da natureza, em sintonia com os estudos sobre meio-ambiente.

Dessa maneira, a literatura nos ensina a lidar, por rotas criativas, com as alteridades radicais e os saberes que se inscrevem nos variados espaços do mundo “zoo”, além de se abrir à complexidade múltipla do mundo natural.

### 3. Contágios recíprocos

Percebe-se, por outro lado, que a própria biologia, em suas diferentes ramificações, tem se valido, nos últimos anos, de recursos poético-narrativos em livros resultantes de pesquisas científicas, numa retomada mais radical das experiências literárias realizadas por Darwin na escrita científica. É o caso de *Eloquência da sardinha – histórias incríveis do mundo submarino* (2019), do naturalista Bill François, todo voltado para os habitantes das águas oceânicas e seus saberes sobre a vida, e de *O que diriam os animais?* (2021), da etóloga e filósofa Vinciane Despret, que se apresenta como um divertido abecedário que burla as normas taxonômicas e incorpora procedimentos fabulares para descrever peculiaridades comportamentais de diferentes bichos, com ênfase na inteligência desses viventes.

Despret, inclusive, radicaliza ainda mais esses artificios em *Autobiografia de um polvo* (2022), livro marcado por uma configuração híbrida, composta de ciência, ficção científica e filosofia, com traços que remetem também, de certo modo, ao universo ficcional de “Tlön, Uqbar e Orbis Tertius”, de Jorge Luis Borges. Nele, a autora se vale de nomenclaturas inventadas pela escritora norte-americana Ursula K. Le Guin, como “therolinguística”, para criar um mundo ambientado no futuro, no qual os avanços da etologia e dos estudos linguísticos já evidenciariam a capacidade de viventes não humanos produzirem escritos literários “e outras formas expressivas, que transbordam as categorias literárias humanas (e remetem então a outro campo de especialização, ligado às ciências cosmo-fônicas e paralinguísticas)” (Despret, 2022, p. 10).

---

<sup>9</sup> No livro *Literatura e animalidade* (Maciel, 2016), detive-me em várias dessas experiências, com ênfase em autores que não apenas incluíram personagens animais em suas obras, deram-lhe a voz narrativa ou poética e fizeram reflexões sobre eles, mas também exploraram os traspassamentos de fronteiras entre os mundos humano e não humano, numa sondagem da própria animalidade que nos define. Escritores como Franz Kafka, Virginia Woolf, Guimarães Rosa, Herberto Helder, Maria Gabriela Llansol, Clarice Lispector, Carlos Drummond de Andrade, Ted Hughes, J.M.Coetzee, Yoko Tawada, Alain Mabankou, são alguns exemplos. Dentre as muitas obras emblemáticas relacionadas à transposição interespecie, podemos destacar *A metamorfose* de Kafka, *A paixão segundo G.H.* de Clarice Lispector, *Dog Boy*, de Eva Hornung, e *Memórias de um urso polar*, de Yoko Tawada.

O biólogo italiano Alessandro Boffa também merece um destaque nessa constelação, com *Você é um animal, Viscovitz!* (1999), por parodiar a linguagem técnica dos tratados de ciências biológicas para compor uma série bem-humorada de vinte pequenos contos, sempre protagonizados por um animal chamado Viscovitz que assume e adquire a forma de diferentes espécies, que vão do micróbio ao porco. O autor embaralha ironicamente as espécies animais e reconfigura os saberes científicos através da fabulação, do humor e da reflexão imaginativa.

Já num registro bastante diferente, por se tratar de um relato pessoal, vale ainda mencionar o livro *Escute as feras*, da antropóloga Nastassja Martin, centrado numa experiência traumática vivenciada pela autora nas montanhas de Kamtchátka em 2015, quando investigava as sociedades dos caçadores, pescadores e pastores de renas na Sibéria Oriental. De modo pungente, poético e reflexivo a um só tempo, ela registra o seu inesperado encontro/embate com um urso que muda de vez a sua vida, que deixa em seu corpo e no da fera uma inscrição/cicatriz profunda e radical.

Se Roland Barthes já usou a palavra *imprinting* para designar o que deixa no outro uma marca, uma impressão (Barthes, 2003, p.52), cabe dizer que é exatamente isso o que acontece com a antropóloga e com o urso, simultaneamente. Ele arranca uma parte do rosto dela e três dentes, além de lhe quebrar o osso zigomático direito, causando-lhe muitos ferimentos. Ela, com um instrumento cortante usado em atividades de alpinismo, reage e ataca a fera que, também ferida, abandona a presa e foge. Trata-se de uma luta provocada pelo que a escritora portuguesa Maria Gabriela Llansol chamaria de “um encontro inesperado do diverso” (Llansol, 1996, p. 18). Mulher e fera olham-se e, nessa troca de olhares, rasuram as fronteiras que as separam enquanto espécies. São duas animalidades em confronto. Do que resultam duas subjetividades atravessadas pelo contágio recíproco e novas formas de existência para ambos os viventes. Em cada corpo, uma inscrição, um *imprinting*.

No entanto, nessa travessia dos limites entre o humano e o não humano existe um ponto que não pode ser ultrapassado, já que no “encontro do diverso” as diferenças não desaparecem, as individualidades intrínsecas se mantêm, a distância se sustenta na proximidade. Sempre há um limite no próprio traspassamento dos limites. Daí ser necessário o que Matthew Calarco chamou de uma ética da diferença no trato das alteridades não humanas, visto que os outros viventes são eticamente diferentes de nós e irredutíveis às nossas formas de compreensão, nossos projetos e interesses, apesar de vários deles possuírem faculdades e habilidades que muitas vezes se confundem com as nossas. (Calarco, 2015, p. 39).

Todos esses livros, e outros aqui não contemplados, vêm mostrar, por vias oblíquas, não apenas o quanto a literatura (em seus diversos gêneros) possui um papel importante para o surgimento de outros tipos de conhecimento sobre a vida ao redor, mas também como a própria natureza é pródiga em espécies e indivíduos não humanos de grande complexidade, que podem surpreender a nossa própria experiência e imaginação.

Se a literatura não tem que dar, necessariamente, respostas às questões do mundo, ela pode, por certo, provocar novas indagações e nos mostrar que não existem respostas definitivas para o que está em constante movimento e nos sobressalta a cada instante no mundo vivo.

## REFERÊNCIAS

- Aristóteles. (2006). *De anima* (trad. Maria Cecília Gomes dos Reis). São Paulo: Editora 34.
- Aristóteles. (1990). *Historia de los animales* (trad. José Vara Donado). Madrid: Ediciones AKAL.
- Barthes, R. (2003). *Roland Barthes por Roland Barthes* (trad. Leyla Perrone-Moisés). São Paulo: Estação Liberdade.
- Berger, J. (2021). Por que olhar para os animais (trad. Pedro Paulo Pimenta). São Paulo: Fósforo.
- Boffa, A. (1999). *Você é um animal, Viscovitz!* (trad. Eduardo Brandão). São Paulo: Companhia das Letras.
- Bras-Chopard, A. (2000). *Le zoo des philosophes*. Paris: Éditions Plon.
- Calarco, M. (2015). *Thinking through animals: identity, difference, indistinction*. Stanford: Stanford University Press.
- Calvino, I. (1993). O céu, o homem, o elefante. In *Por que ler os clássicos* (trad. Nilson Moulin) (pp. 43-54). São Paulo: Companhia das Letras.
- Coetzee, J.M. (2021). O matadouro de vidro. In *Contos morais* (trad. José Rubens Siqueira) (pp. 105-137). São Paulo: Companhia das Letras.
- Darwin, C. (2004). *The descent of man*. London: Penguin Classics.
- \_\_\_\_\_. (2009). *A expressão das emoções no homem e nos animais* (trad. Leon de Souza Lobo Garcia). São Paulo: Companhia das Letras.
- Derrida, J. (2010). *La Bête et le souverain*. v. 2. Paris: Galilée.
- \_\_\_\_\_. (2008). *La Bête et le souverain*. v. 1. Paris: Galilée.
- \_\_\_\_\_. (2002). *O Animal que logo sou (sigo)* (trad. Fábio Landa). São Paulo: UNESP.
- Desblache, L. (2011). As vozes dos bichos fabulares: animais em contos e fábulas. In M. E. Maciel (org.), *Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica* (pp. 295-314). Florianópolis: Editora da UFSC.
- Despret, V. (2022). *Autobiografia de um polvo* (trad. Milena P. Duchade). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- \_\_\_\_\_. (2021). *O que diriam os animais?* (trad. Letícia Mei). São Paulo: Ubu.
- Esopo. (2020). *Fábulas* (trad. André Malta). São Paulo: Editora 34.
- François, B. (2019). *Eloquência da sardinha* (trad. Julia da Rosa Simões). São Paulo: Todavia.
- La Fontaine (2013). *Fábulas selecionadas* (trad. Leonardo Fróes). São Paulo: Cosac Naify.
- Lisboa, A. (2021). *O vivo*. Belo Horizonte: Relicário.
- Llansol, M. G. (1996). *Inquérito às quatro confidências. Diário III*. Lisboa: Relógio d'Água.

- Machado de Assis, J.M. (1985). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Maciel, M. E. (2016). *Literatura e animalidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (2010). Zoocoleções. In *As ironias da ordem* (pp. 93-106). Belo Horizonte: UFMG.
- Martin, N. (2021). *Escute as feras* (trad. Camila Vargas Boldrini e Daniel Lühmann). São Paulo: Editora 34.
- Newmyer, S. (2011). *Animals in greek and roman thoughts*. London/New York: Routledge.
- Nunes, B. (2011). O animal e o primitivo: os Outros da nossa cultura. In M. E. Maciel (org.) *Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica* (pp. 13-22). Florianópolis, Editora UFSC.
- San Isodoro de Sevilla. (1983). Acerca de los animales. In *Etimologías*. Madrid: Biblioteca de los Autores Cristianos.
- Sorabji, R. (1993). *Animal minds and human morals: The origins of the Western debate*. New York: Cornell University Press.
- Viveiros de Castro, E. (2002). *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify.
- Yourcenar, M. (1985). Para onde vai a alma dos animais? *O tempo, esse grande escultor* (trad. Ivo Barroso) (pp. 133-143). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.